



Crescem em SE o ICMS e as receitas federais

Sindifisco usa dado para questionar a falta de reajuste

Antônio Carlos Garcia
DA EQUIPE JC

As receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) em Sergipe cresceram 22% em maio, na comparação a igual período do ano anterior. Junto com esse imposto, as receitas federais tiveram um incremento significativo. Ao verificar estes números, o presidente do Sindicato do Fisco (Sindifisco), Abílio Castanheira, diz que não consegue entender por que o governo do Estado mantém o discurso de que não tem dinheiro suficiente para conceder reajustes aos servidores públicos, a maioria deles em greve por melhores salários.

Até a próxima semana, o Sindifisco vai solicitar ao governo informações detalhadas sobre as finanças e encaminhará uma cópia deste pedido ao Ministério Público. Um dos questionamentos será sobre os incentivos fiscais concedidos a empresas e qual o retorno que o governo vem tendo ao conceder tais benefícios.

Não é somente Abílio Castanheira que questiona o discurso do governo do Estado sobre a situação financeira. O economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (Dieese), Luiz Moura, afirma que o aumento nos repasses federais para Sergipe foi acima da inflação, mas há a alegação do Estado sobre a folha de pagamento que vem aumentando.

“O governo não pode demitir servidores para reduzir a folha, por isso diz que não pode reajustar salário. Mas há questionamentos quanto ao cálculo do limite prudencial que ultrapassa o patamar da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)”, disse o economista.

Nesse contexto de falta de dinheiro, os dados sobre os repasses federais indicam o contrário, como indica o Boletim Sergipe Econômico, parceria do Núcleo de informações econômicas da Fies e do Departamento de Economia da UFS, com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O repasse total do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) para o

Estado ficou em R\$ 86,3 milhões, registrando avanço de 10% comparando-se a maio de 2012. Na análise mensal, verificou-se alta de 43,7% ante o quarto mês do ano.

IEL

Os repasses federais são essenciais para as finanças estaduais, visto que ajudam a mantê-las equilibradas. Obviamente, alguns estados se mostram mais dependentes desses fundos do que outros. “Para Sergipe, essas transferências são fundamentais para o governo, que direciona esses recursos para as áreas essenciais”. A análise é do economista do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) da Federação das Indústrias de Sergipe (Fies), Rodrigo Rocha, sobre o Fundo de Participação dos Estados (FPE) que chegou a R\$ 230,3 milhões em maio deste ano, apresentando um crescimento de 10,2% ante o mesmo mês do ano passado. Em relação a abril, houve um avanço de 43,7% no repasse.

“Apesar de nominalmente (sem correção inflacionária) os repasses do FPM e do FPE terem apresentado aumentos em relação ao acumulado do ano anterior, a inflação tem corroído significativamente o valor da moeda nacional, levando tais repasses a apresentarem reduções, se aplicado o índice oficial brasileiro (IPCA)”, afirmou Rodrigo Rocha.

A transferência relativa ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb, registrou receita de R\$ 52,1 milhões

ao estado, mantendo-se, praticamente, estável em relação ao quinto mês do ano passado. Entre abril e maio deste ano, houve aumento de 40,8%. Todas as variações descritas não levam em consideração o efeito da inflação sobre as transferências.

Segundo o economista, é preciso esclarecer o papel das transferências ou repasses federais aos estados e municípios do país. Ao arrecadar sua receita,

a União repassa parcela dela aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios. O objetivo é amenizar as desigualdades regionais, na busca

▼ **ABÍLIO CASTANHEIRA,
DO SINDIFISCO, DIZ
NÃO ENTENDER O POR
QUE DO GOVERNO NEGAR
AS BOAS RECEITAS**

de promover o equilíbrio socioeconômico entre estados e municípios.

Ele argumenta que os estados e municípios não conseguem manter sozinhos os seus custos, cabendo à União o repasse de recursos para ajudá-los. O Tesouro Nacional é o responsável pelas transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos estabelecidos por lei. Os repasses do FPM e FPE são calculados a partir da população existente e da renda per capita da localidade.

As principais transferências da União para os estados, para o Distrito Federal e para os municípios, previstas na Constituição, são: o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Além desses, existem também o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX) e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).